

PASSAGENS PARA O CAPITALISMO: A SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE MARIA SYLVIA DE CARVALHO FRANCO¹

Pedro Cazes²

Resumo: O presente artigo busca reconstituir analiticamente alguns aspectos da intervenção de Maria Sylvia de Carvalho Franco nos debates sobre a formação da sociedade brasileira, particularmente no que diz respeito à sua crítica às leituras “dualistas” do país. Através da discussão sobre a articulação entre ordem pessoalizada e capitalismo em *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969), buscaremos delinear o perfil teórico da sociologia histórica envolvida em sua análise. Recusando o diagnóstico de uma “ordem tradicional”, o trabalho de Franco conecta o “código do sertão” com os princípios de orientação da conduta típicos do capitalismo, problematizando as visões mais “otimistas” sobre o “desenvolvimento”, em que o moderno aparecia limitado por uma “irracionalidade” ligada ao passado “patrimonialista” e “estamental”. Assim, poderemos discutir a ideia de processo social envolvida em seu trabalho, em que a perspectiva de totalidade se articula com uma valorização das conexões de sentido contingentes, trazendo à luz uma relação entre “local” e “universal”, ou entre “particular” e “geral” que continua nos interpelando para enfrentar os desafios contemporâneos de uma sociologia crítica.

Palavras-chave: Maria Sylvia de Carvalho Franco; Interpretações do Brasil; Sociologia histórica; Capitalismo; Tradição; Modernidade.

Abstract: This article aims to analytically reconstruct some key aspects of Maria Sylvia de Carvalho Franco's intervention in the debate on the formation of Brazilian society, especially with regard to her criticism of the “dualistic” reading of the nation. Through the discussion of the relation between capitalism and the personalization of social order in her book “Homens Livres na Ordem Escravocrata” (1969), we seek to outline the theoretical profile of her historical sociology. Refusing the statement of a “traditional order”, Franco's work connects the principles of orientation of action typical of Brazilian hinterland with those of modern capitalism, questioning the most optimistic visions about its internal “development”. Thus, we can apprehend the notion of social process in her works, and uncover a perspective that links the “local” and the “universal” in crucial ways for the contemporary discussions of critical sociology.

Keywords: Maria Sylvia de Carvalho Franco; interpretations of Brazil; historical sociology; capitalism; tradition; modernity.

¹ O presente artigo condensa alguns resultados da dissertação de mestrado “A sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco: pessoalização, capitalismo e processo social”, defendida em junho de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), sob orientação do prof. André Botelho e co-orientação do prof. Antonio Brasil Jr. Sendo parte de um trabalho coletivo de pesquisa, agradeço aqui não só aos dois professores, mas ao conjunto dos colegas de pesquisa, cuja generosidade e companheirismo marcaram esses anos de aprendizado. Fica o agradecimento também aos Profs. Bernardo Ricupero e João Marcelo Ehlert Maia, pelas contribuições na banca examinadora.

² Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) e professor de sociologia para o Ensino Médio das redes pública e particular no Rio de Janeiro.

Introdução

O inveterado hábito de rever as “interpretações do Brasil” produzidas em nosso passado, longe de configurar mera busca obsessiva por alguma idiossincrasia nacional, faz parte de um renitente “acerto de contas” que o próprio curso do processo histórico impõe aos cientistas sociais. Talvez seja mesmo possível falar de uma “sintaxe da frustração” (Arantes, 2004) para exprimir o modo como, findo cada ciclo de modernização capitalista no país, o legado deixado em termos de ultrapassagem das seculares desigualdades sociais e de seu sólido correlato autocrático parece não encaixar na imagem de futuro construída pelas expectativas civilizatórias costumeiras. As mutações pelas quais o passado “atrasado” absorve as dinâmicas societárias do capitalismo avançado continuam, em certa parte, atualizando o interesse por uma releitura histórica de nossa formação e, logo, pela tradição intelectual do país.

Afinal, as interpretações do Brasil sempre envolveram, de alguma maneira, um duplo movimento: por um lado, trata-se de construir um diagnóstico do que veio a se formar ao longo do passado colonial, escravista e rural; por outro, não se deixava de indicar um vir-a-ser, um prognóstico do que o país deveria se tornar, envolvendo os impasses da constituição de uma sociedade moderna. Desse modo, na articulação entre *passado e futuro*, as interpretações do Brasil nunca deixaram de estar orientadas por disputas políticas do *presente* – ainda que esse problema fosse retomado na medida em que cada geração enfrentava o desafio intelectual de decifrar os rumos e resultados, nem sempre os mais esperados, de cada nova etapa da “construção nacional”.

Logo, intenção crítica e imaginação histórica se articulam, como sabemos, de modos muito diversos na tradição sociológica brasileira, constituindo parte daquilo que continua interessando gerações mais novas de cientistas sociais. Exagerando um pouco poderíamos dizer que, até bem pouco tempo, toda sociologia praticada no país era sociologia *histórica* – já que não se tratava de uma “área” de pesquisa ou “especialidade” acadêmica, mas de uma perspectiva. Assim, reexaminar o perfil cognitivo de nossa sociologia histórica pode guardar maiores interesses para a área de pensamento social na medida em que a centralidade da componente histórica nas interpretações do Brasil, longe de produzir alguma unidade, faz das diferentes leituras do passado e do lugar da tradição um problema decisivo para a explicação do país (Bastos, 2005; Botelho, 2010).

Além disso, as Ciências Sociais passam por um momento particularmente

interessante no que se refere ao chamado questionamento do “eurocentrismo” da teoria sociológica, que vem jogando luz sobre experiências históricas e modalidades de reflexão intelectual de países periféricos, cumprindo o desafio de pensar globalmente os processos históricos relacionados à expansão e resolução do capitalismo e da sociedade moderna. Nesse contexto, o interesse pelo pensamento social brasileiro pode sair renovado (Maia, 2011), fortalecendo a interlocução com os debates teóricos contemporâneos da disciplina (Botelho, 2009).

Nesse quadro, parece-nos relevante rever a sociologia de Maria Sylvania de Carvalho Franco de um ponto de vista que busque explorar o potencial teórico de sua “interpretação do Brasil”, tal como vem sendo feito por um conjunto de pesquisas recentes (Botelho 2007, 2012; Hoelz, 2010; Cazes, 2013; Malaguti, 2013). O livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969), fruto de sua tese de doutorado defendida em 1964 na Universidade de São Paulo, sob orientação de Florestan Fernandes, se destaca como principal material de pesquisa para essa tarefa. Nossa intenção será perseguir o modo como Franco intervém no debate sobre a “formação”, já que sua crítica parece problematizar as visões correntes – em seu tempo – tanto sobre o passado “atrasado”, quanto sobre as tendências inscritas no processo de industrialização e urbanização, vetores da construção de um Brasil moderno e democrático. Para tal, neste trabalho buscaremos reconstruir analiticamente a conexão entre ordem social pessoalizada e capitalismo em *Homens Livres*, como chave para delinear o perfil teórico de sua sociologia histórica. Questão central da sua obra (Schwarz, 1999), essa relação poderá iluminar como a análise de Franco se realiza a partir de dois movimentos articulados: a inscrição do Brasil no processo mais amplo de formação do capitalismo e a recusa do diagnóstico de “ordem tradicional”. A preocupação com a dimensão histórica da vida social e seu peso para a análise sociológica estaria, inclusive, no centro das reflexões teóricas que a autora formularia na tese de livre-docência *O Moderno e suas diferenças*, defendida em 1970.

Realizando um tipo de sociologia histórica que buscava problematizar as visões mais lineares e evolucionistas sobre a mudança social e o “desenvolvimento”, Franco retoma o problema da historicidade da vida social, em uma análise que busca esclarecer as conexões de sentido que o processo social engendraria entre categorias sociais vistas como “antitéticas”. O alvo de suas críticas eram as interpretações “dualistas” da sociedade brasileira – aquelas que pensavam de forma disjuntiva os pólos de “tradição” e “modernidade”, ou “feudalismo” e “capitalismo” – que colocavam num passado

“atrasado” as peias para o pleno desenvolvimento da ordem moderna industrial. Problematizando os próprios termos da polarização “arcaico” *versus* “moderno”, a autora desafiava tanto as leituras “ortodoxas” do marxismo etapista, quanto a sociologia da modernização de cunho estrutural-funcionalista, hegemônica nas Ciências Sociais da época. Ambas esvaziariam a dimensão histórica dos processos sociais ao abstrair a sequência histórica particular referida aos países “centrais” em esquemas supostamente “universais” de mudança social.

Configurando parte de um impulso crítico mais amplo, a obra de Franco não tem merecido tanta atenção quanto outras da chamada “escola sociológica paulista”, com as quais mantém um diálogo (in)tenso, porém implícito³. Considerando, como propõe Elide Rugai Bastos (2002), que a “escola paulista” é uma tradição intelectual viva, que segue ganhando novos e múltiplos desdobramentos, rever o momento de sua constituição e destacar algumas de suas tensões internas de maior voltagem pode ser relevante para a prática contemporânea da sociologia.

Expectativa e dissonância: a emergência do “moderno”

O problema da mudança social e do “desenvolvimento”, tal como ela aparece no curso dos anos 1950-60, parece galvanizar o clima intelectual do período. Antes de realizar qualquer tipo de mapeamento sistemático do contexto⁴, cabe-nos tão somente delinear brevemente certo ambiente intelectual no qual intervém Maria Sylvia de Carvalho Franco. Para tal, nos restringiremos a situar o estado da discussão no próprio interior do grupo de pesquisadores reunidos em torno de Florestan Fernandes na cadeira I de Sociologia da USP, do qual Franco fez parte no período que vai da década de 1950 ao final da década de 1960.

Nos anos 1950, a questão da “construção nacional” ganhava sua modulação para o debate sobre o “desenvolvimento”, emergindo ao primeiro plano a questão da ultrapassagem das desigualdades sociais e formas de organização social e política do passado “atrasado”. Nesse contexto, o próprio discurso sociológico estava diretamente envolvido com as técnicas de planejamento e “reconstrução social”, ligados à expansão

³ Nos limites do presente artigo não será possível traçar uma comparação detalhada, nem sistematizar a relação dos trabalhos de Franco com outras da “escola paulista”. Os contrapontos e contextualizações pontuais que aparecem ao longo do texto serão apenas recursos para tentar enxergar melhor o alcance das formulações da autora.

⁴ Para tal ver *O Moderno em Questão: a década de 1950 no Brasil*. Botelho, Bastos & Villa Bôas (orgs.), 2008.

de direitos, técnicas e instituições modernas. Emergem como objetos privilegiados de estudo os processos ligados à expansão da civilização urbano-industrial – como a secularização e a democratização – e os novos atores sociais, como a classe operária, o empresariado industrial, os movimentos sociais etc. (Botelho, 2008).

Nesse contexto, de que modo intervêm os trabalhos da chamada “escola sociológica paulista”? Quais leituras se produzem sobre o passado e o futuro da sociedade brasileira?

Na cadeira de Sociologia I da USP, os jovens pesquisadores Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Renato Jardim Moreira e Maria Sylvia de Carvalho Franco dentre outros, recém-egressos do curso de Ciências Sociais, se envolveram nas pesquisas sobre relações raciais e mudança social, lideradas por Roger Bastide e Florestan Fernandes ao longo dos anos 1950, partem do projeto mais amplo patrocinado pela UNESCO no país (Maio, 1997). Pesquisando os padrões de interação e relacionamento entre brancos e negros em diversas regiões brasileiras, o grupo se voltava para a apreensão histórica do problema do preconceito racial, mostrando como a escravidão teria produzido efeitos para o conjunto do sistema social. Assim, a investigação sobre a situação social do negro permitia descortinar como o “povo” emerge na história (Fernandes, 2008), tomando esse processo do ponto de vista do grupo cuja integração na nova ordem foi a mais problemática. Dessa perspectiva se iluminavam os pontos de contato entre a velha ordem escravista e o “moderno” que surgia reproduzindo impasses para a formação da sociedade nacional (Bastos, 1987; Arruda, 2001; Cohn, 2002; Brasil Jr, 2013).

A divisão de tarefas de pesquisa entre os assistentes conduziu aos temas das teses de doutoramento, tendo Cardoso se debruçado sobre a escravidão no Rio Grande do Sul e Ianni no Paraná. Defendidas em 1961, ambas as teses foram publicadas em livro em 1962, com os títulos *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Cardoso, e *Metamorfoses do escravo*, de Ianni. Vinham se somar aos resultados já publicados da pesquisa sobre relações raciais, e aprofundavam a análise da sociedade escravista colonial, retomada na construção histórica do problema⁵. Em 1964, Florestan Fernandes também publicaria o principal resultado de sua pesquisa, defendido como tese de cátedra, intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*. Se formos ler

⁵Como sabemos, nos livros aparecem também alguns resultados do grupo de estudos d'O Capital que envolvia jovens professores e estudantes de diversas áreas da FFCL-USP – conhecido como o “seminário O Capital”. Para a heterogeneidade das teses, nesse aspecto, ver Soares, 2011. Para uma visão geral da incorporação do marxismo na vida acadêmica de São Paulo, ver Lahuerta, 2008.

em conjunto os livros de Cardoso, Ianni e Fernandes, a sociedade escravista colonial se caracterizaria como uma ordem estamental e de castas, de estruturas rígidas e pouco plástica, avessa aos dinamismos do capitalismo e da sociedade moderna. Ainda que o sistema colonial estivesse ligado ao capitalismo comercial, tanto as relações de produção escravistas quanto o patrimonialismo decorrente da organização política colonial impediam qualquer racionalização da produção no sentido propriamente capitalista, encetando uma mentalidade “pré-capitalista” no modo de administrar os negócios e nas formas de dominação social⁶. Ou seja, ainda que ligada a uma etapa inicial do desenvolvimento do capitalismo, o tradicionalismo congênito daquela ordem social impediria sua adaptação às transformações sociais trazidas pelo desenvolvimento e expansão interna do capitalismo. É por isso que a crise do “Antigo Regime” se configura como problema central de investigação, principalmente porque ele permitia desvendar como elementos dessa antiga ordem – como o preconceito racial, a monopolização da riqueza e do status social, entre outros – se perpetuavam como obstáculos para a consolidação de uma ordem competitiva.

Assim, a preocupação com os “impasses”, “dilemas” e “obstáculos” ao desenvolvimento e à emergência e consolidação do “moderno” – para utilizar o léxico presente nos textos de Florestan Fernandes –, ganharia novos desdobramentos com a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), em 1962, associado à cadeira I de Sociologia (Sallum Jr., 2002). A partir de doações da Confederação Nacional da Indústria, os integrantes do CESIT constroem um projeto de pesquisa sobre a expansão da “civilização industrial” no Brasil, entendida como a ponta de lança da modernização. Como descrito no projeto “Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, escrito por Florestan Fernandes em 1962, a investigação sociológica deveria se debruçar sobre os problemas relativos aos “projetos nacionais de desenvolvimento econômico, político e social”. Tratar-se-ia de investigar, então, como aquela antiga ordem conformava e restringia a emergência dos setores mais modernos, nitidamente aqueles associados à “civilização industrial”, como o empresariado e o operariado (Fernandes, 1976).

A análise do empresariado buscava investigar de que maneira a atuação desse

⁶Cardoso (1977) mostra como as relações de produção escravistas, ainda que determinadas pelos requisitos de uma produção mercantil lucrativa, implicavam um sistema de controle e um regime de produção direcionados à perpetuação do *status* cativo e não da máxima racionalização da produção. Baseada na violência e na ocupação extensiva da força de trabalho, a exploração do trabalho escravo não poderia produzir mais-valia relativa – elemento que configura uma produção propriamente capitalista.

grupo cumpriria, ou não, os papéis sociais a ele associados para a máxima expansão e consolidação da ordem social competitiva⁷. Nos textos de Florestan Fernandes do final dos anos 1950, o descompasso entre industrialização e democratização aparecia, quanto à conformação do empresariado, na chave da “irracionalidade”. O comportamento desse grupo ainda se basearia em “padrões de mando e de obediência predominantemente herdados da sociedade patrimonialista”, fazendo com que “qualquer atitude expressa ou ações do operário, que parecem colidir com os interesses da empresa, dão origem a avaliações agonísticas, no fundo das quais o trabalhador se vê potencialmente representado como uma espécie de inimigo natural da ordem pública e do progresso social” (Fernandes, 1979: 79). Até no “afã do ganho” se expressaria o modo como opera “irracionalmente” a empresa industrial brasileira, já que ela buscaria “níveis máximos e espoliativos de lucro”, atuando sempre sob motivos e atitudes estritamente “egoístas” e “particularistas” (Idem: 79-81)⁸.

Também em 1964, ano em que Franco defendeu sua tese de doutorado, foi publicado o livro de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, já como um primeiro resultado do projeto “Economia e Sociedade” do CESIT. Ainda que o próprio projeto citado acima já salientasse os dilemas da “superação” do “subdesenvolvimento”, dado que “os fortes anseios de *salto histórico* esbarram, assim, na herança social e no horizonte cultural preexistente”, o livro de Cardoso também apontava como a burguesia brasileira se sustentava numa mentalidade particularista e em formas “tradicionais” de patrimonialismo – principalmente no que cabe à sua relação com o Estado. Para Cardoso, “as condições peculiares da burguesia nacional – ligada ao capitalismo internacional e bloqueada pela estrutura tradicional de dominação local que nunca chegou a romper – acabaram por tornar o processo de desenvolvimento pontilhado de pontos de estrangulamento, e a dominação política da burguesia industrial incompleta e contraditória” (Cardoso, 1964: 184). Diagnóstico parecido também surgia nos primeiros estudos do CESIT sobre a nascente classe operária, marcada pela anomia e estrangulada

⁷ Essa forma de colocar o problema da transição para a “sociedade de classes”, privilegiando os princípios axiológicos que funcionariam como o padrão de integração do sistema, leva-o a associá-la a uma ordem social baseada em direitos e fundada sobre o princípio da “competição”, que tenderia a democratizar o poder, o prestígio e a renda.

⁸ Ver “Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil”, conferência proferida aos membros da FIESP, em agosto de 1959, publicada posteriormente no volume *Mudanças Sociais no Brasil*, de 1960. A chave da “irracionalidade” seria progressivamente revista, nos anos posteriores, de acordo com as “rotações de perspectivas” que – associadas aos dramas do processo político brasileiro – levaram o autor a rever suas formulações mais “otimistas” quanto à possibilidade de universalização da “ordem social competitiva”. Nos apoiamos aqui no argumento de Brasil Jr. (2013).

entre o “arcaico” e o “moderno”⁹.

Portanto, vemos como as formulações sociológicas da virada dos anos 1950-60 estavam marcadas pela discussão dos impasses e dilemas para a plena realização da sociedade de classes e da ordem burguesa no Brasil. Ou seja, do ponto de vista da sociologia do desenvolvimento, a sequência histórica brasileira, preservando muito da velha ordem no “novo mundo” que nascia, elevava a *tensão* entre as práticas dos agentes sociais da modernização e os papéis sociais a eles associados. Esse descompasso entre *ser* e *dever ser* seria foco de desdobramentos posteriores decisivos, até porque é aí que se resolve a questão política dos sentidos do “desenvolvimento”.

O capitalismo como “formação aberta”

A pesquisa de doutorado de Maria Sylvia de Carvalho Franco não tomava diretamente, como foi o caso de Cardoso e Ianni, a escravidão como objeto de estudo, mas as relações entre homens livres, perseguindo as formas de dominação política que se configuraram no passado rural brasileiro. Investigando as relações entre homens livres pobres e fazendeiros no Vale do Paraíba do século XIX, compreendendo a formação e o declínio da “civilização do café”, Franco mostra como teria se formado um princípio mais geral de coordenação das relações social – a “dominação pessoal” – que se desdobra na construção do Estado e no mercado.

Para começarmos a delinear o perfil da interpretação de Franco cabe destacar que, ainda que a pesquisa se debruce sobre as relações entre homens livres no séc. XIX, sua análise estava informada por certa leitura da escravidão e da Colônia¹⁰, que nos remeterá desde logo àquele movimento que destacamos anteriormente: a inscrição da formação brasileira no processo mais amplo de formação do capitalismo. Na introdução da tese de 1964, a autora já afirmava que

No esforço para a apreensão da gênese da sociedade brasileira, o ponto de vista que prevaleceu não foi o de percebê-la como uma reedição de formas antigas de organização social, ou como uma manifestação ligada aos últimos alentos do mundo medieval. Muito ao contrário, o cuidado foi em vê-la e compreendê-la dentro do seu tempo, como um momento entrosado no processo que inaugura o modo de ser moderno das sociedades ocidentais.

⁹ Ver Cardoso, 1969; Rodrigues, 2011; Lopes, 1967. Para uma rediscussão crítica recente dos trabalhos sobre a classe operária ver Braga, 2012 e Cândido, 2002.

¹⁰ Discussão bastante desenvolvida na introdução da tese de 1964, é em grande parte excluída da versão em livro editada pelo IEB em 1969, para reaparecer posteriormente no artigo “Organização social do trabalho no período colonial”, de 1978.

Essa perspectiva permite enfatizar a sua especificidade como formação sócio-econômica, colocando-a como parte integrante da constituição do sistema capitalista e tornando, evidentemente, ociosas as tentativas de reconstruir a história brasileira conforme o esquema sociedade escravista, sociedade feudal, sociedade capitalista tal como se observa em algumas tentativas de aplicação das teorias marxistas (Franco, 1964: 2-3, grifos da autora).

Assim, sua interpretação apostava em tomar o capitalismo como “conceito inclusivo (...) por imprecisa que esteja, ainda, sua figura no sistema colonial” (Franco, 1969: 13). Recusava, com isso, o procedimento que, partindo do capitalismo industrial dos séculos XVIII/XIX e da sequência histórica particular aos países centrais, apaga os nexos globais que estiveram na base de seu desenvolvimento histórico. Para traçar as articulações entre capitalismo e escravidão, Franco retoma, ao seu modo, a tese de Caio Prado Jr. sobre o “sentido da colonização”¹¹. Na introdução da tese de 1964, a autora buscou indicar de que modo à organização da sociedade brasileira – desde a Colônia – esteve orientada pelos requisitos da produção mercantil lucrativa em larga escala e pela busca racional do lucro. Diferentemente das possessões portuguesas no Oriente, em que foram aproveitadas formas “tradicionais” de produção de especiarias, nas possessões atlânticas montou-se todo um novo sistema em função dos interesses coloniais. Assim, os dois elementos fundamentais da estrutura social – a escravidão e o latifúndio monocultor – só ganham inteligibilidade se vistos em função daquele objetivo mercantil, que teria atravessado a sociedade de ponta a ponta. A escravidão, por um lado, era a única forma social que atendia aos requisitos de um trabalho altamente expropriado, disponível para ser brutalmente explorado nas condições da produção mercantil (na lavoura da cana-de-açúcar ou na mineração) em uma situação onde a abundância de terra desocupadas fazia da condição cativa uma necessidade imperiosa. O latifúndio, por outro, com sua “unidade contraditória” entre produção mercantil (principal) e de subsistência (secundária economicamente), respondia aos requisitos da produção em larga escala, para suprir os mercados nascentes e verter excedentes para a acumulação de capital em curso na Europa. Ainda que esse arranjo fosse revelar, alguns séculos depois de sua montagem, seus aspectos deletérios e incompatíveis com o desenvolvimento do capitalismo, no contexto da formação do capitalismo no século XVI, a colônia seria o primeiro momento em que já aparece “o capital determinando um

¹¹ Como mostra Ricupero (2000; 2009), a tese sobre o sentido da colonização sinaliza uma mudança de rumo nas interpretações do Brasil, passando a colocar o problema da inscrição do Brasil no capitalismo mundial, ou por outra, modificando o modo de pensar o “lugar do Brasil no mundo”.

sistema de produção e, integradamente, um sistema de relações sociais” (Idem, 1964: 37).

A reviravolta interpretativa não deixa de surpreender: o país de repente saltava de signo do “arcaico” e do “pré-capitalismo”, para precursor do “modo de ser moderno”, ou seja, revelava uma gênese já “burguesa” (Ibidem). O potencial desestabilizador em relação às narrativas clássicas referentes à passagem para o capitalismo é evidente – e não deixa, por sua vez, de carregar problemas. No seu contexto, esse movimento de Franco pode ser visto como uma radicalização de um tipo de interpretação que vinha sendo construída na esteira dos trabalhos de Caio Prado Jr. e de Eric Williams, sobre a articulação entre capitalismo e escravidão. Os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (1962) e Fernando Novais (1977), dois ex-integrantes do citado “seminário d'O Capital”, também desenvolviam o argumento que ligava à escravidão ao capitalismo mercantil e ao sistema colonial. Porém, diferentemente de Franco, esses trabalhos mobilizariam o conceito de “capitalismo comercial” como diferenciação significativa para a explicitação dos limites em que a escravidão podia ser relacionada à emergência do capitalismo.

Sem tomar tal diferenciação, o trabalho de Franco se orientava no sentido de apreender o processo mais *geral* de formação capitalismo. De fato, algo se passa no próprio procedimento de definição do que deve ser tomado como “capitalismo” quando o objetivo é analisar o processo de sua *formação*. A proposição de Franco presente na tese de doutorado de 1964 é ousada:

Propõe-se assim o capitalismo como uma *formação aberta*, dizendo-se com isto que é uma realidade apenas inteligível em toda a sua complexidade quando o conhecimento for orientado para – em cada uma das fases de seu desenvolvimento – apanhar as conexões determinadas entre as áreas que constituem seu núcleo e as áreas que estão submetidas à sua esfera de influência e postas a seu serviço e que têm o seu próprio sentido interno largamente definido por essa situação (Franco, 1964: 36-7, grifos nossos).

Perseguindo o fio condutor que permitiria pensar esse processo *en train de se faire*, propõe a autora, então, que devemos “pensar globalmente o movimento de constituição do sistema capitalista mundial” (Idem, 1964) para não se fragmentar a realidade em partes que, dissociadas, compõem distintos modelos abstratos, por onde se esvaem seus nexos históricos, sua vinculação causal. Ou seja, estamos lidando com o problema de construir uma visão de *totalidade* que dê conta não só de se pensar a relação entre as partes e o todo, mas que dê conta de pensar um processo de

constituição, de formação de algo que virá a ser o sistema capitalista industrial tal como se estabelece na virada do séc. XVIII para o XIX na Europa. De certo modo, ao trabalhar com um conceito “mínimo” de capitalismo – em que se articula uma visão weberiana do capitalismo como orientação racional da conduta visando o lucro contínuo e crescente, de forma regular e planejada, com uma visão marxista do capitalismo como um sistema de relações sociais fundado na valorização do capital numa sociedade em que se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho – a autora busca manter o espectro largo o suficiente para apanhar a diversidade de situações que confluem contraditoriamente, num “feixe de determinações”, na formação desse sistema. No que cabe ao problema da “interpretação do Brasil”, o desafio seria desvendar de que modo essa “determinação essencial” capitalista teria produzido e se articulado com uma ordem social pessoalizada, cumprindo uma sequência histórica tão distinta daquela relativa à passagem feudalismo-capitalismo lograda pelos países europeus.

A gênese de uma classe dominante “tosca”: pessoalização e capitalismo

A partir desse quadro mais geral que sustenta todo o argumento, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* se debruça sobre um setor aparentemente desimportante do ponto de vista da *produção material*, mas que seria essencial para a conformação da *ordem social*. Ao eleger as relações entre homens livres para construir o princípio mais geral de coordenação das relações sociais no Brasil, Franco se afastava tanto de Florestan Fernandes e de seus orientandos na cadeira I – que tomavam as posições polares do sistema social (senhores x escravos) –, quanto do debate marxista sobre os “modos de produção”, que viria se tornar quase uma especialidade acadêmica na década de 1970¹².

Ao analisar os processos sociais do ponto de vista do “homem comum” que os vivenciou, a autora buscou captar o código moral que prevaleceu entre os homens livres e que plasmou a ordem social. Se afastando, assim, de uma explicação “estrutural”, a pesquisa captou nos materiais primários – sobretudo nos “processos crimes” da Câmara

¹² Como mostrou André Botelho (2007) o trabalho de Franco pode ser associado a uma vertente cognitiva da sociologia política brasileira ligada ao problema do baralhamento entre “público” e “privado”, e às formas de dominação políticas que restringiram o âmbito da “solidariedade social” ao mundo privado, marcado por uma ordem pessoalizada e violenta. Nessa sequência, as relações de dependência, mandonismo, clientelismo e etc. são privilegiadas para a leitura da dinâmica política da sociedade, deslocando-se a visão mais ortodoxa sobre a luta de classes, já que o conflito não estaria diretamente relacionado às relações de produção.

de Guaratinguetá – os princípios de orientação da conduta que regulavam as relações dos homens livres pobres entre si e com os fazendeiros. A releitura e apropriação particular da perspectiva de Max Weber incidia na valorização da interação contingente entre ação e processo social (Hoelz, 2010), descortinando conexões de sentido entre o “código do sertão” e o princípio da busca racional do lucro numa empresa capitalista¹³. Essa conexão se realiza, sobretudo, no quarto capítulo de *Homens Livres*, intitulado “O Fazendeiro e seu mundo”, dedicado à construção da figura do fazendeiro e do comissário de café (personagem que teria personificado o nexos entre os mercados mundiais e o universo “local”). Ou seja, Franco tira consequências sociológicas da sequência histórica particular analisada para o modo como aquela determinação capitalista “mais geral” se conformava numa ordem social específica.

Assim, ainda que não organizado de modo cronológico, o andamento de *Homens Livres* vai mostrando como um universo de valores oriundo do passado de relativa indiferenciação social e pobreza generalizada, que teria marcado a região paulista do Vale do Paraíba após a expansão dos bandeirantes, pôde se integrar positivamente no fluxo de mudanças trazidas pela expansão dos negócios da lavoura de café. Afinal, é nesse passado “caipira” que estariam enraizadas as formas pessoalizadas de orientação da conduta, o “código do sertão”, no qual também estava embebido o próprio fazendeiro e seu poder, em que se entrelaçavam dependência pessoal e arbítrio burguês.

O “código do sertão” emergia, então, de um sistema social marcado pela ausência de rígidas linhas de hierarquização social e pela simplicidade de costumes e realizações culturais, típica do “mundo rústico”, associado ao próprio processo de ocupação do território, marcado pela dispersão de pequenos núcleos familiares independentes, baseados em técnicas rústicas de agricultura de subsistência. Assim, as formas de solidariedade que se desenvolveram no mundo rústico caipira estavam marcadas pela ausência de uma rígida hierarquização social, fazendo que os homens se enfrentassem de igual para igual – enquanto “pessoas” –, de modo que os arranjos resultavam sempre tensos e conflituosos (Franco, 1969, cap. I). Ou seja, naquele mundo de grande instabilidade e pobreza, em que não havia tradições longínquas para estereotipar estilos de vida e marcar posições sociais, e onde as possibilidades de vida foram exploradas isoladamente, a única referência estável parecia ser a própria *pessoa*, que se tornava a referência para a qual convergia todo o código moral. Isolado e em

¹³ Em outra ocasião já sugerimos em que medida poder-se-ia tomar a tese de Franco como uma espécie de “Ética caipira e o ‘espírito’ do capitalismo”, (ver Cazes, 2013, cap. III).

condições adversas, era da coragem pessoal e da valentia que o homem precisava para se firmar e manter sua própria existência. O universo de valores que constituiu a cultura caipira estava fundado na qualidade eminentemente *pessoal* daquelas relações: honra, coragem, valentia, ousadia, aparecem como os atributos de mais alto valor, porém não são referidos a tradições (familiares, religiosas, étnicas etc.) longínquas, que englobassem o indivíduo em um coletivo maior. Muito pelo contrário, a noção de *pessoa* que aparece já é *individualizada*, ainda que estejamos em um universo de “desigualdades inatas” e não de igualdades formais (como no caso do indivíduo moderno/“portador de direitos”).

Mesmo quando a expansão da lavoura de café acarretou em maior diferenciação social, as relações entre os homens livres pobres, que passaram a viver nas margens do latifúndio, e os fazendeiros continuaram se baseando em um vínculo pessoal, que os unia pelo *favor*. Afinal, livres do jugo explícito da dominação que pesava sobre o escravo e compartilhando dos mesmos padrões culturais, constituiu-se entre fazendeiros e seus dependentes redes de reciprocidades assimétricas baseadas no reconhecimento do outro como um “igual”, como *pessoa* – vínculo que tem sua expressão máxima no parentesco espiritual estabelecido no compadrio. A manutenção de certa proximidade e identificação entre dominados e dominantes, possível pela relativa simplicidade mantida mesmo nos tempos de maior desenvolvimento econômico da região, aparecia, então, como condição essencial para a preservação das bases de legitimação da “dominação pessoal”: o próprio corpo de valores do “código do sertão”, baseado na valorização de qualidades *pessoais*, postulava uma realidade preta de desigualdades inatas, sendo uns superiores e outros inferiores, ficando pavimentado o caminho para que a autoridade pessoal seja legitimada pelo subordinado como “natural”. Na realidade, ambos compartilhavam dos mesmos padrões de moralidade, diluídas as fronteiras em uma mesma “simplicidade de costumes”, vivendo num “mundo eminentemente feito de pessoas e não de abstrações” (Idem, 1969: 154).

Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementariedade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço, e resulta na aceitação voluntária de uma autoridade que, consensualmente, é exercida para o bem. Em suma, as relações entre senhor e dependente *aparecem* como inclinações de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco, como luta. (Idem, 1969: 90-91, grifos da autora).

A dominação pessoal fundava, assim, uma ordem pessoalizada, caracterizada pelo exercício direto e violento do poder. Esse princípio de coordenação das relações sociais teria se desdobrado na própria construção do Estado, na medida em que impedia a expropriação do funcionário público dos meios materiais de administração, mantendo-o atrelado às redes de fidelidades pessoais, fortalecendo o exercício personalizado do poder e o controle pessoal do patrimônio do Estado. A pessoalização se desdobrou também no âmbito dos negócios, na medida em que as relações entre fazendeiros e comissários de café (responsáveis pelo transporte e venda do produto nas cidades), prescindindo de segurança jurídica que garantisse a estabilidade dos contratos, se apoiaram nas relações pessoais que ligaram uns aos outros.

Para traçar a conexão entre pessoalização e capitalismo, começamos por observar como o princípio da pessoalização acabou por contribuir para que as ações “honoríficas” ficassem restritas a realizações privadas. Mais do que isso, mantendo certa fluidez na categorização dos homens livres, a pessoalização fez com que aquele objetivo de enriquecer fosse generalizado, não sendo monopólio de uma camada específica, nem sendo a mobilidade social regulada por princípios jurídicos rígidos (dentro da camada livre). Afinal, “a apropriação não estava juridicamente limitada, nem mesmo convencionalmente estabelecida, como privilégio exclusivo de um determinado grupo de homens livres” (Idem, 1969: 233). A particularidade da forma de pessoalização “individualizada”, nascida do “código do sertão”, aponta para a ausência de um recrutamento aristocrático do grupo de fazendeiros, o que acarretou em heterogeneidade grande nos tipos humanos que participaram do processo.

Por outro lado, a frugalidade e prodigalidade nem chegavam a ser exatamente uma imposição externa, artificial, para os modos do fazendeiro. Pelo contrário, essa marca do passado de pobreza generalizada influenciou positivamente no processo de acumulação primitiva de capitais associada à expansão da produção lucrativa do café. Citando um viajante que se espantava ao ver tamanha simplicidade nas fazendas – cujas casas-grandes se resumiam a um “retângulo caiado de branco” com o terreiro de secagem do café se estendendo até suas janelas, e sem quaisquer *piazzas* ou árvores de sombra –, Franco mostra como o que parecia, aos olhos estrangeiros, um “amor etíope pelo sol”, na verdade aponta para o despojamento resultante da concentração da atenção, do tempo e do trabalho nas atividades econômicas lucrativas, e do utilitarismo

daí decorrente. Condição necessária ao enfrentamento da situação inicial da qual partia a acumulação, em que era imprescindível o esforço de conseguir alçar a produtividade a níveis suficientes para o andamento dos negócios, essa disciplina e austeridade se apoiaram no próprio modo de vida compartilhado pelo passado caipira.

A austeridade e a simplicidade que em regra marcaram o estalão industrioso de vida nesses casarões, mesmo quando já em plena prosperidade, foram elementos conservados da antiga condição de pobreza, quando a limitação dos meios de vida e a ausência de dinheiro obrigavam a um zelo contínuo para que se conservasse a proporção entre o produzido e o consumido. Essa frugalidade, tão amiúde relatada pelos viajantes do início do século, foi um componente que se integrou harmonicamente ao novo tipo de ajustamento econômico, que se inaugurava com o exercício da atividade lucrativa de maneira regular e em larga escala. A parcimônia, imposta como necessidade nos quadros de uma economia que oscilava pelo nível de subsistência, entrosou-se de modo criador ao estilo de atividade econômica que supunha a produção de excedentes e implicava na poupança de parte desse produto (Franco, 1969: 198).

A parcimônia e a frugalidade forjadas em outro tempo aparecem, então, integrando uma racionalidade econômica capitalista, submetendo as situações vividas à avaliação utilitarista do ganho, e expondo como o aguilhão do interesse material atravessou todas as esferas da vida do fazendeiro¹⁴. Na articulação entre o passado de pobreza, o código pessoalizado e o processo de acumulação primitiva, emerge o fazendeiro como “a figura do homem de origem tosca, que logrou enriquecer conservando, no novo tipo de civilização a que se integrou com sucesso, o gosto e as atitudes fundamentais em seu passado” (Idem, 1969: 204). É claro que esse *homo economicus* tosco não é exatamente o mesmo burguês que surgia na Europa, posto que numa sociedade escravista seria impensável aquela valorização ética do ganho obtido pelo trabalho racionalmente exercido em uma profissão, entendida como “vocação”, que constituiria o coração do “espírito” do capitalismo – ainda que ambos tenham sido criados na “dura escola da vida”, para falar como Weber (2006).

¹⁴ Ao associar um “espírito capitalista” com o passado paulista, Franco de certa forma atravessa o debate sobre o “bandeirantismo” que perdurou por décadas no ambiente intelectual brasileiro. Ainda que Maria Sylvia de Carvalho Franco não corrobore com os termos raciais e regionalistas do debate de 1920-30, e muito menos com seu sentido político de valorização dos paulistas como locomotiva do Brasil “civilizado”, ela mostra como a “lembança” do bandeirante constituiu um componente a mais da pessoalização das relações, já que integrava um patrimônio cultural que valorizava os atributos de valentia e coragem pessoal, limitados a ações de alcance privado (Franco, 1969: 165). Como mostra Robert Wegner (2000), também nas obras de Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão do povoamento pelo planalto paulista, como *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957), é possível antever uma transformação do legado ibérico no processo de “conquista da fronteira”, onde emergiria uma mentalidade capitalista mais próxima daquele ideal anglo-saxão.

Uma passagem longa condensa as consequências para a estratificação social do modo como se deu o processo de diferenciação social e econômica trazido pelo café:

É certo que houve diferenças no estilo de vida dos vários grupos, mas a tendência geral foi antes de difusão dos padrões culturais que de sua fragmentação em mundos estanques. Mesmo com a opulência do café não chegou a se definir um modo específico de vida que fosse a expressão convencionalizada do poder, a ponto de ser representativo dele e continuar como sua marca legítima mesmo quando lhe faltasse, em casos isolados, o seu fundamento objetivo – a base material. O requisito mínimo para que houvesse uma estereotipação de estilos de vida distintos, que fossem privativos de determinados grupos sociais e constituíssem um imperativo para eles, seria uma estabilidade grande na forma de distribuição de riqueza, dando tempo a que passasse para segundo plano a base econômica da diferenciação social, submersa sob os preceitos éticos e as regras jurídicas. Não foi isto o que se observou: houve rapidez, em um processo de mudança inteiramente dominado pela atividade lucrativa e onde os símbolos de posição social estiveram muito abertamente ligados à condição econômica (Franco, 1969: 218).

A passagem acima sintetiza um ponto central do argumento de *Homens Livres*: a recusa do diagnóstico de uma ordem estamental. Na realidade, a rapidez com que se deu o processo de expansão da lavoura do café – em que o enriquecimento não esteve limitado por regulações jurídicas e a situação econômica definiu abertamente o destino social – evidencia o modo como não havia barreiras “pré-capitalistas” incompatíveis com o avanço do mundo dos negócios. Pelo contrário, a ausência de rígidas convenções e da estilização do modo de vida (com o cultivo refinado do ócio e do lazer), característicos da estratificação estamental, permitiu que o poder econômico não fosse submetido à ordenação ético-jurídica que separasse os estamentos conforme estilos de vida e princípios de honra específicos, que monopolizassem as oportunidades de poder. Observando a ligação direta entre riqueza e status, e o modo como se plasmou o poder do fazendeiro, revela-se a que ponto a sociedade esteve determinada pela orientação da ação para a atividade lucrativa e pelo poder econômico¹⁵.

A recusa do diagnóstico de uma ordem estamental está ligada, também, a distinção entre a “dominação pessoal” e as formas de dominação tradicional discutidas por Weber em *Economia e Sociedade*. Diferentemente dos casos de patrimonialismo

¹⁵ Em entrevista de 1981, afirmava: “Nem do ponto de vista teórico, nem na pesquisa histórica, sustenta-se a caracterização 'estamental' da sociedade brasileira, mas este rótulo cumpriu a importante tarefa ideológica de separar o economicamente 'irracional e improdutivo', o 'socialmente violento e preconceituoso', o 'politicamente reacionário', do moderno, do progressista, do último termo no milenarismo, ora escondido, ora confessado: o capitalismo como instância civilizadora” (Franco, 1981: 10).

discutidos por Weber, em que a interdependência entre o senhor e seus súditos implicava na limitação do arbítrio do senhor e na obrigação de manter a disposição dos submetidos através da observação dos deveres para com eles, aqui os homens livres pobres foram a rigor dispensáveis para a produção lucrativa, podendo ser dispensados sempre que os interesses do mais forte ditassem. Assim, a brutal desigualdade escondida sob a aparente e relativa “indiferenciação social” expõe-se claramente: dominando dois códigos, o da lealdade pessoal e o do interesse econômico “impessoal”, o fazendeiro pôde usufruir do melhor dos dois mundos, reforçando seu poder autocrático, ora cobrando obediência e lealdade ora seguindo seus interesses capitalistas sem dar satisfações, enquanto ao dependente ficou a suscetibilidade de viver sob as flutuações do favor¹⁶. A assimetria do poder, enraizada na estrutura social do país – que respondia por sua vez pela forma específica de integração no sistema capitalista mundial –, foi levada ao extremo, já que nada limitava a arbitrariedade do mais forte e “o interesse material submetia à sua *razão* os laços de estima e da afeição, atando-os ou destruindo-os” (Franco, 1976: 62). A dominação pessoal estava assentada, portanto, na fusão de *associações morais* e *relações de interesse*, configurando uma “unidade contraditória” que desdobrava, ao nível da organização social, aquela contradição entre produção de subsistência e produção mercantil que marcou o latifúndio e a economia brasileira (Idem, 1969: 234).

Em torno do “capitalismo autocrático”: combinação de incompatíveis?

Vemos, portanto, que a interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco, analisando os processos sociais do ponto de vista em que foram vividos pelos atores envolvidos, consegue apanhar a fusão de formas de dominação e princípios de orientação da conduta contraditórios na configuração das relações de poder. Dominação pessoal e dominação burguesa se entrelaçavam no padrão autocrático de desenvolvimento do capitalismo, saindo assim desestabilizada a expectativa que a industrialização tivesse como corolário a progressiva democratização das relações sociais (Franco, 1972, 1976).

¹⁶ Essa tese acaba por se tornar uma poderosa chave de leitura para os romances de Machado de Assis nos trabalhos de Roberto Schwarz, que reconhece explicitamente a “dívida” com sua ex-professora na FFLCH/USP, mostrando de que modo a articulação entre norma burguesa e paternalismo se tornava uma regra de composição formal nos romances machadianos, particularmente na volubilidade do narrador. (Schwarz, 2000, 2006).

Isso posto, vale perguntar se obstinada crítica ao dualismo acabaria diluindo totalmente as tensões resultantes de tal combinação “arcaico”-“moderno”. Questão delicada, parece-nos que não é bem esse o caso, ainda que ressurgam novas dificuldades para o próprio argumento. Nos últimos capítulos, abordando a decadência do café, a autora reconhece que, se não se formou uma sociedade estamental, também não se tratava de uma sociedade de classes. Afinal, além da escravidão, o poder pessoal lá estava a impedir que isso acontecesse, na medida em que o fechamento do mundo reduzido a dimensões pessoais, que está na base do poder dos fazendeiros, atuou como seus limites, na medida em que não se articulavam formas mais indiretas e coletivas de poder e ação, que implicassem o fortalecimento do Estado como entidade abstrata e possibilitassem a identificação de um interesse coletivo entre eles (Idem, 1969: 231). Se no momento de crise da sociedade escravista, no final do séc. XIX, esse arranjo mostrava seus limites e suas implicações deletérias, para Franco tal não se devia a uma mentalidade “tradicionalista” congênita: na realidade, as causas da ruína estavam nos próprios fatores estruturais que lograram a integração do sistema local aos mercados mundiais, tratando-se de uma negação interna ao processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo pelo mundo.

Requalificando os próprios termos em que se entendia o nosso passado, o ponto central do argumento de Franco é que os elementos aparentemente “tradicionalistas” da sociedade não foram simplesmente “postos a serviço” das práticas capitalistas. Na realidade, os critérios extra-econômicos de categorização social, que poderiam formalmente ser identificados como “tradicionalistas”, aparecem reiteradamente perturbados pelos critérios de diferenciação social fundados em situação econômica sendo engendrados no interior do “mundo moderno” e constituindo uma “sociedade plena de tensões” (Idem, 1969: 232-3).

Ainda assim, como a sequência histórica tomada para a interpretação do Brasil de Franco não chega até à transição da sociedade escravista para a sociedade de classes, parando nos limiares da desintegração da “velha civilização do café” no final do séc. XIX, a autora não enfrenta diretamente o problema de explicar a *mudança* social. Afinal, o que muda com a expansão da sociedade “industrial” que emergia nas primeiras décadas do séc. XX? Não possuímos, nos trabalhos publicados pela autora, elementos para responder a essa pergunta. Porém, não há dúvida que na perspectiva pela qual encaminhava seus trabalhos, questionando a polarização “tradicional” x “moderno”, está implicada certa visão sobre o capitalismo em que sai privilegiada a dimensão da

dominação (Franco, 1978, 1993). Em textos polêmicos da década de 1970-80, quando a autora já estava afastada das Ciências Sociais, o tom crítico sobe, apontando uma possível “reabilitação” do dualismo mesmo no âmbito da teoria da dependência, dado que continuariam pensando “centro” e “periferia” numa relação de exterioridade e derivação, na qual as segundas aparecem como realização “imperfeita” das primeiras.

Esse novo dualismo vai padecer exatamente dos mesmos prejuízos políticos e práticos já indicados: uma valorização tácita da industrialização, na verdade do capitalismo e de seus conteúdos civilizatórios, no pressuposto de que traga consigo o progresso das instituições democráticas burguesas. (...) Desloca-se, assim, o foco da crítica teórica e política da essência do capitalismo, de suas determinações universais presentes nas situações particulares, para estas últimas, vistas discretamente. Como resultado desta nova figura da mesma noção de progresso acima referida, vemos revalorizados os componentes da cultura capitalista: aparecem reforçadas as representações abstratas da democracia burguesa (Franco, 1976: 64).

Ponto crítico para qualquer sociologia histórica, o tema da “mudança social” era exatamente o foco das preocupações de Florestan Fernandes – com as quais aproximaremos as formulações de Franco visando matizá-las minimamente. Se o fechamento político da ditadura militar forçou uma rotação de perspectiva quanto à questão do “desenvolvimento”, levando Fernandes a abandonar qualquer perspectiva linear e progressiva da mudança social, essa alteração não desmanchava aquele diagnóstico sobre a incompatibilidade do nosso “Antigo Regime” com o moderno capitalismo industrial. Valorizando as componentes normativas da ação social, para Fernandes o capitalismo moderno não implicava somente uma nova forma de dominação social, mas uma dinâmica societária – referida ao conceito sociológico da “sociedade de classes” – baseada no princípio da “competição” e fundada em direitos, cujas pressões democratizantes seriam inerentes ao “padrão de civilização” mais amplo. Do ponto de vista do sistema social, o tipo da sociedade de classes é incompatível com a ordem estamental, fundada sob privilégios sociais e pela monopolização da renda, do poder e do prestígio. O problema é que o processo histórico de transição aqui não se resolvia por *rupturas*, como seria de se esperar tendo em vista as “experiências clássicas”, mas por *acomodações*. O imbricamento de princípios antagônicos e incompatíveis teria se desenrolado, então, para favorecer uma preservação do passado no presente em mudança, distorcendo a ordem competitiva no sentido da preservação da “ordem”. Assim,

Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o 'burguês moderno' renascesse das cinzas do 'senhor antigo'. Em outras palavras, ela engendra uma ordem social em que, além da desigualdade de classes, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processos sociais (Fernandes, 2006: 200).

A preservação de traços estamentais na ordem competitiva é o resultado do processo de transformação por acomodações, em que se configura um padrão autocrático de organização do poder. De qualquer forma, a imagem de um “burguês moderno” nascendo sobre as cinzas do “senhor antigo” não deixa de remeter à tese de Franco que vínhamos remontando.

Como mostra Antonio Brasil Jr. (2013), a síntese teórica produzida por Florestan Fernandes ao final da década de 1960 retirava o problema da fusão da ordem estamental com a ordem moderna da chave da “irracionalidade”, partindo em dois o “tipo” da “sociedade de classes”. A revolução burguesa nos países dependentes funcionaria sob a máxima da *descolonização mínima e modernização máxima* (Fernandes, 2006: 209), implicando na compatibilização de Antigo Regime e sociedade de classes, em que a estrutura social limitaria a absorção das dinâmicas societárias da sociedade moderna. Mais especificamente, o “capitalismo dependente” implicaria num controle político do processo de mudança social pelas classes dominantes, visando conter, restringir e sufocar ao máximo as pressões democratizantes da sociedade de classes. A preservação de formas de monopolização da renda e do poder em plena sociedade de classes aparecia agora como parte de uma ordem social marcada pela heteronomia, em que a própria burguesia, exprimida entre as demandas sociais e os imperativos do capitalismo mundial, só pode optar pela “ordem” visando preservar a estrutura social e seu próprio poder. Mais do que isso, o padrão autocrático-burguês de modernização ainda se via reforçado pelo desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, na medida em que o “capitalismo monopolista” reforçava e reencontrava, agora no ponto mais avançado, a limitação de qualquer promessa democratizante (Fernandes, 2006, parte III).

Tendo em vista a discussão realizada gostaríamos de chamar atenção para o relativo encontro entre as duas perspectivas, ainda que por caminhos opostos. Trabalhando com um conceito “mínimo” de capitalismo, mais próximo da visão weberiana, mas de certa forma “contra Weber”, Maria Sylvia de Carvalho Franco

conectava dominação pessoal e dominação burguesa, desestabilizando as expectativas “civilizatórias” (democratizantes) do desenvolvimento. Enquanto Florestan Fernandes, utilizando o conceito mais “diferenciado” ou “saturado” historicamente, conecta autocracia e capitalismo monopolista, concorrendo para o mesmo efeito de fechamento político e para a defesa do socialismo como única via de realização do moderno. Assim, ainda que por caminhos distintos e discordâncias claras quanto ao lugar e ao calibre das tensões do processo histórico, ambos os autores parecem ter certa concordância no que diz respeito a uma certa dinâmica de “circuito fechado” que o capitalismo impunha ao Brasil – anunciando uma “sintaxe da frustração” cuja relevância teórica para a sociologia brasileira contemporânea certamente não se extinguiu.

Considerações Finais

Retomando o fio de nossa exposição, já é possível sublinhar como a sociologia histórica de Franco se organiza a partir da articulação entre uma perspectiva de totalidade – construída através da inscrição no processo mais amplo de formação do capitalismo – e uma análise dos processos sociais a partir das conexões de sentido engendradas no curso das ações sociais. Ou seja, a determinação mais geral do processo só pode ser apreendida concretamente no conjunto das formas particulares e contingentes que as realizam no interior de um processo social. É desse ponto de vista que são iluminadas as conexões insuspeitas entre o “código do sertão” e o “espírito do capitalismo”, tirando consequências da sequência histórica particular cumprida pela região do Vale do Paraíba para apreender o modo como o capitalismo iria se resolver na ordem social. Afinal, a articulação entre contingência e necessidade é o grande cavalo de batalha das interpretações que buscam apreender as formas de organização social *en train de se faire*, a sociedade em movimento. A releitura original de Weber certamente não cumpre papel menor na configuração dessa visão do processo social, inclusive porque sua apropriação criativa foi encetada contra as próprias teses do autor sobre a “particularidade” do Ocidente, tal como aparece reiteradamente na introdução de 1920 à *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Defendendo um uso particularizador do tipo-ideal, em que esse visa apreender o “princípio articulador” que constitui o “nexo essencial” que articula os elementos empiricamente apreensíveis numa “totalidade significativa” (Franco, 1970, 1972), Franco desestabiliza a leitura mais “ortodoxa” de Weber, que tomava-lhe diretamente os tipos forjadas na análise de outras situações

históricas.

Como chama atenção André Botelho (2012), podemos ver na obra de Franco um dos momentos altos da sociologia histórica que toma força, a partir dos anos 1960, criticando as visões estruturais-funcionalistas da mudança social. Como vimos, a crítica de Franco a essa sociologia não deixava de ter um fundo “doméstico”, pois para ela a leitura “evolucionista” de Weber por Parsons estaria inclusive embasando a “sociologia do desenvolvimento”, tanto pela abstração das componentes do sistema social em variáveis intercambiáveis, quanto pela valorização dos princípios axiológicos do sistema social. Os tipos-ideais se tornariam, assim, “modelos” desligados do chão histórico concreto ao qual se referiam originalmente, e a realidade social apareceria parcelada, de acordo com as abstrações analíticas do pesquisador. Assim, a crítica de Franco (1970) à sociologia do desenvolvimento partia de uma articulação original das visões de Marx e Weber, defendendo o sentido de totalidade da análise sociológica, apreendido na dialética que articula as sequências particulares com as determinações mais gerais – lance que necessariamente se joga em cada análise, não sendo resolvido por uma teoria geral.

Além disso, a proposta contida na tese de doutorado, de tomar o capitalismo como “formação aberta”, examinando globalmente a sua constituição, não perdeu sua atualidade, exercitando aquela articulação entre “local” e “global” que permanece parte essencial do desafio crítico. Assim, acredito que Maria Sylvania de Carvalho Franco ainda participe, com as devidas dissonâncias, daquela perspectiva que entende a situação “desfavorável” da periferia como um ponto de partida privilegiado para a reflexão, contanto que se faça uma dessegregação da matéria local, que saia do seu “confinamento histórico” e seja posta *em relação* com a norma da qual parece uma imagem de segundo-grau (Schwarz, 2012). Afinal, só para retomar um tema caro a *Homens Livres*, em quais relações sociais se sustenta a atual expansão da fronteira agrícola do agronegócio, face brutal da mais recente locomotiva do “desenvolvimento”, senão naquela articulação entre jagunçagem e grande capital, em que o poder do dinheiro não dispensa o trato direto e violento das relações pessoais? No espelho do “código do sertão” é o próprio “moderno” que muda de figura.

Referências Bibliográficas:

ARANTES, P. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. “A fratura brasileira do mundo”, in: *Zero a Esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004

ARRUDA, M. A. do N. “Florestan Fernandes e a Sociologia de São Paulo” in: *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

BASTOS, E. R. “A questão racial e a revolução burguesa”, in M. A. D’Incao (org.), *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Editora Unesp, 1987.

_____. “Pensamento social da escola sociológica paulista” in: MICELI, S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. vol. IV. São Paulo, ANPOCS/ Ed. Sumaré; Brasília, Capes, 2002.

_____. “Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo”. In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da UNESP*. São Paulo, 2005.

BOTELHO, A. “Seqüências de uma sociologia política brasileira”. In: *Dados*, vol.50, n.1, 2007.

_____. “Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: uma apresentação”, in: BOTELHO; BASTOS & VILLAS BÔAS (org.) *O Moderno em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

_____. “Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto”. In: *Lua Nova*, v. 77, p. 147-177, 2009.

_____. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010.

_____. “Teoria e história na sociologia política brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco”. Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, mimeo.

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL JR., A. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2013.

CÂNDIDO, J. C. Entre a “Política” e a “Polícia”: a constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950-60. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Sociologia da FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

_____. “Proletariado no Brasil: situação e comportamento” in: *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CAZES, P. “A sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco: pessoalização, capitalismo e processo social”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

COHN, G. “A integração do negro na sociedade de classes”. In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

_____. “O conceito de sistema social” in: *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

_____. “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” in: *A Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976b.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1979 (3ª ed. revista e ampliada)

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FRANCO, M. S. de C. “Homens livres na velha civilização do café”. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1964.

_____. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

_____. “O Moderno e Suas Diferenças”. Tese de Livre-Docência. Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1970.

_____. “Sobre o conceito de tradição”. *Cadernos CERU* (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), nº5. 1ª Série, 1972.

_____. “As idéias estão no lugar”. *Cadernos de Debates*, n.1. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. “O Tempo das Ilusões”. In: CHAUI, M. & FRANCO, M. S. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

- _____. Entrevista. *Revista Trans/form/ação*. São Paulo, v.4, pp. 5-14, 1981.
- _____. “Organização social do trabalho no período colonial” In: PINHEIRO, P. S. (org.) *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. “All the world was America' John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico”. *Revista USP*, n. 17, pp. 30-53,1993.
- GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- HOELZ, M. *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.
- LAHUERTA, M. “Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo” in: BOTELHO, A., BASTOS, E. & VILLAS BÔAS, G. *O Moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- LOPES, J. R. B. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- MAIA, J. M. “Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro”. *Soc. estado*, vol.26, n.2, 2011.
- MAIO, M. C. *A história do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado, IUPERJ, 1997.
- MALAGUTI, P. “A sociologia de Maria Sylvia de Carvalho Franco e os “estudos de comunidade” no Brasil”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucites, 1979.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP, Fapesp, Ed. 34, 2000.
- _____. “Caio Prado Jr. e o lugar do Brasil no mundo” in: BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. M. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SALLUM JR., B. “Notas sobre a gênese da Sociologia Política em São Paulo”. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v.1, n.1, 2002.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

_____. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2006.

_____. “Leituras em competição”, in: *Martinhas versus Lucrecia – ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.